

## ÍNDICE

PREFÁCIO À SÉTIMA EDIÇÃO	5
LISTA DE ABREVIATURAS	7

### PARTE I

#### OS PRINCÍPIOS E OS VALORES FUNDAMENTAIS DA FISCALIDADE

CAPÍTULO I – OPÇÕES NO ENSINO DA FISCALIDADE – CONSIDERANDOS INTRODUTÓRIOS <i>Vasco Branco Guimarães e João Ricardo Catarino</i>	11
CAPÍTULO 2 – TEORIA FISCAL <i>João Ricardo Catarino</i>	15
1. Objetivos da aprendizagem	15
2. Introdução	16
3. Teoria Geral do Imposto	16
3.1. Conceito e tipologia da receita pública	17
3.2. Espécies de Receita Pública: as receitas tributárias – os impostos, as taxas e as contribuições financeiras	20
3.2.1. Classificação dos impostos	25
3.2.1.1. Impostos sobre o rendimento, o capital ou o património e sobre a despesa	25
3.2.1.2. Impostos diretos e indiretos	31
3.2.1.3. Impostos Reais e Pessoais	31
3.2.1.4. Impostos de quota fixa e de quota variável	33
4. A ideia de sistema na constituição e na lei	34
5. Três eixos fundamentais prévios ao sistema tributário	35
5.1. A liberdade como pressuposto e condição da ordem tributária	35

5.2. A centralidade da pessoa humana	37
5.3. A ideia de justiça e suas manifestações	38
6. Os dois tipos básicos de justiça: a justiça particular e a justiça geral	42
6.1. A justiça geral	44
6.2. A justiça particular	45
6.2.1. A justiça comutativa	45
6.2.2. A justiça distributiva	46
6.3. A justiça social	49
6.4. Os novos desenvolvimentos da ideia de justiça	51
7. A organização do sistema financeiro	55
7.1. Enquadramento geral	55
7.2. Os valores e os princípios fundacionais do sistema fiscal	59
7.3. O papel dos incentivos fiscais: os fins fiscais e os fins “extra fiscais” dos impostos	60
8. Técnicas de medição dos sistemas fiscais	62
8.1. Nível de Fiscalidade	62
8.2. O Esforço Fiscal	68
8.3. Estrutura Fiscal e Distribuição das Receitas Fiscais	71
9. Bibliografia	78

### CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS GERAIS DA FISCALIDADE 83

*Vasco Branco Guimarães*

1. Objetivos da aprendizagem	83
2. O princípio do consentimento	84
3. O princípio da legalidade	91
4. O princípio da igualdade	102
5. Os princípios derivados: tipicidade, proteção da confiança, proporcionalidade, irretroatividade	105
6. Os princípios autónomos: boa-fé, capacidade contributiva	110
7. Conclusões	119
8. Bibliografia	119

### CAPÍTULO 4 – AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS CONTRIBUINTEs 121

*Diogo Leite de Campos / Eva Dias Costa*

1. Objetivos de aprendizagem	121
2. Introdução	121
3. A pessoa em comunidade (Nós) e a necessidade dos direitos da pessoa em matéria	123
4. A pessoa: direitos da personalidade. Eu/tu/nós	123
5. A pessoa e o direito dos impostos	125

## I – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRIBUTÁRIOS DA PESSOA (PRIMEIRA GERAÇÃO)

6.	O princípio da legalidade integrante do direito à democracia/liberdade – Artigos 1º e 103º, 2º da CR – Princípio democrático e dignidade da pessoa humana	126
7.	Capacidade contributiva – Os direitos à igualdade e à não discriminação – Artigos 13º, 103º e 104º da CR – Princípios da igualdade e da propriedade privada, da repartição justa dos rendimentos e da progressividade	127
7.1.	Os encargos administrativos	129
8.	Isenção do necessário a uma existência em condições económicas dignas – Artigo 1º da CR – Princípio da dignidade da pessoa humana	129
9.	A proibição do confisco – Artigos 1º, 2º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, garantia dos direitos fundamentais e direito de propriedade	130
10.	Proibição do estrangulamento tributário – Artigos 1º, 25º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade	131
11.	O limite do sacrifício: liberdade individual e pública – Artigos 1º e 2º e 62º da CR	131
11.1.	A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	132
12.	O princípio da liberdade (autonomia privada) – Artigo 1º, 2º e 62º da CR – Princípio democrático, da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade privada. Também: normas anti-abuso e preços de transferência	133

## II. OS DIREITOS DA PESSOA A NÍVEL DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

13.	Previsibilidade/estabilidade – Artigos 1º e 103º da CR – Princípio democrático da liberdade e da previsibilidade	136
14.	Justiça/segurança e procedimento – Artigos 266º e 268º da CR	137
15.	O acesso à justiça – Artigo 10º da CR	138
16.	Princípio da indemnização do sujeito passivo	139
17.	Princípio da participação – Artigo 267º da CR	139
18.	Princípios da caducidade e da prescrição	140

## III. PERSPETIVAS: O ESTADO DE DIREITO DOS CIDADÃOS

19.	Um Direito tributário ético e “ <i>contratualizado</i> ”	140
20.	O Estado, o Direito e os impostos. O novo Direito ético	141

21. O Direito de não pagar impostos ilegais ou inconstitucionais – Artigo 103º da CR	143
22. Arbitragem	145
23. Não litigiosidade	145

#### IV – DIREITOS DE SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÕES E IMPOSTOS

24. Direitos de segunda geração	146
25. Direitos de terceira geração	146
26. Conclusões	146
27. Bibliografia	147

#### CAPÍTULO 5 – CONSENTIMENTO, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NOS SISTEMAS FISCAIS 153

*Luciano Gomes Filippo*

1. Objectivos da aprendizagem	153
2. Introdução	153
3. Eficiência x Eficácia	157
3.1. No direito financeiro	160
3.2. No direito tributário	161
4. Consentimento ao imposto	164
4.1. Pré-consentimento	165
4.2. Pós-consentimento	169
5. Conclusões	172
6. Bibliografia	175

### PARTE II

## A DINÂMICA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA. O ESTADO, O CIDADÃO E O IMPOSTO

#### CAPÍTULO 6 – A CONSTITUIÇÃO E AS NORMAS FISCAIS. NOÇÃO DE IMPOSTO E TAXA. A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA 179

*Vasco Valdez*

1. Objectivos da aprendizagem	179
2. A constituição da república e as normas fiscais	179
3. A lei geral tributária e os princípios do sistema fiscal português	182
4. A relação jurídica tributária	188
4.1. Os sujeitos	188
4.1.1. Os sujeitos: personalidade e capacidade tributárias	188
4.1.2. Os sujeitos ativo e passivo	189
4.2. A substituição tributária	189

4.2.1. O sujeito passivo e o pagador efetivo	189
4.2.2. A situação dos impostos repercutidos	190
5. Domicílio fiscal	190
6. A solidariedade passiva	191
7. A responsabilidade subsidiária por reversão	192
7.1. Regras gerais	192
7.2. Contra quem pode reverter a execução	193
8. O objeto da relação jurídica tributária	194
8.1. Factos objeto da relação jurídica tributária	194
8.2. Obrigações dos sujeitos passivos	195
8.3. Constituição e alteração da relação jurídica	196
9. Extinção da relação jurídica tributária. O pagamento. A caducidade	196
9.1. O pagamento	196
9.2. A caducidade do direito à liquidação	198
9.3. A prescrição	200
10. Garantias da prestação tributária	201
10.1. As garantias em geral	201
10.2. As providências cautelares	202
10.3. As garantias	202
11. Bibliografia	203

## CAPÍTULO 7 – A TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES 205

*Manuel Faustino*

1. Objetivos da aprendizagem	205
2. Introdução ao IRS	206
2.1. A importância financeira do imposto	206
2.2. Características e princípios	207
2.3. O conceito de rendimento e a sua caracterização	210
3. O elemento subjetivo da incidência	214
3.1. O aspeto material	216
3.1.1. Critério objetivo: a obtenção de rendimentos tributáveis	216
3.1.2. Critério subjetivo	220
3.1.2.1. O sujeito passivo do imposto	220
3.1.2.2. A unidade fiscal	221
3.1.2.3. O agregado familiar	223
3.2. O aspeto temporal	229
3.2.1. Momento constitutivo da relação jurídica de imposto e a determinação do sujeito passivo	229
3.2.1.1. Pela titularidade de rendimento	229
3.2.1.2. No quadro do regime da substituição tributária	231

3.2.2.	A (i)modificabilidade subjetiva da posição passiva na relação jurídica tributária de IRS	234
3.2.3.	Responsabilidade tributária dos herdeiros	237
3.3.	O aspeto espacial	238
3.3.1.	Introdução	238
3.3.2.	Os residentes permanentes	239
3.3.3.	A residência parcial	241
3.3.4.	Os não residentes	244
4.	O elemento objetivo da incidência	245
4.1.	A tipificação do rendimento em categorias	245
4.2.	O aspeto material do elemento objetivo da incidência	247
4.2.1.	Categoria A, trabalho dependente	248
4.2.2.	Categoria B, atividades empresariais e profissionais	256
4.2.3.	Categoria E, rendimentos de capitais	263
4.2.4.	Categoria F, rendimentos prediais	267
4.2.5.	Categoria G, incrementos patrimoniais	269
4.2.6.	Categoria H, pensões	275
4.3.	O aspeto espacial do elemento objetivo da incidência	276
4.4.	O aspeto temporal do elemento objetivo da incidência	279
4.5.	O aspeto quantitativo do elemento objetivo da incidência	281
4.6.	Os rendimentos “respeitantes a anos anteriores” e os aspetos do elemento objetivo da incidência	298
5.	O rendimento líquido total	300
6.	Os aspetos sintéticos do imposto	302
6.1.	O procedimento declarativo como meio normal de determinação do rendimento coletável	302
6.2.	A intervenção da AT no procedimento de determinação da matéria coletável	305
6.3.	A liquidação do imposto: taxas gerais, taxas liberatórias e taxas especiais	307
6.4.	Taxa adicional de solidariedade	308
6.5.	Deduções à coleta	309
6.6.	Procedimento de reclamação prévia sobre o montante das despesas dedutíveis	317
7.	O princípio do imediatismo e o pagamento antecipado: retenções na fonte e pagamentos por conta	319
8.	A liquidação anual e o “acerto de contas”: restituições oficiosas, cobranças complementares e “liquidações nulas”	322
9.	Deveres declarativos	324
10.	Deveres de natureza contabilística	325

11. Regimes especiais	326
11.1. As “interferências” da União Europeia no IRS	326
11.1.1. O regime opcional do art. 17 <sup>o</sup> -A	326
11.1.2. O regime opcional consagrado no art. 71 <sup>o</sup>	327
11.1.3. A tributação das mais-valias imobiliárias	328
11.2. Residentes não habituais (RNH)	328
11.3. Ex-Não Residentes (Programa Regressar)	330
12. Bibliografia geral	331

## CAPÍTULO 8 – O IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

*Helena Pegado Martins*

1. Objetivos da aprendizagem	333
2. Introdução	333
2.1. Génese do Imposto. Características	333
3. Incidência	335
3.1. Incidência pessoal	335
3.2. Incidência real	336
3.2.1. A noção de lucro	338
3.3. A extensão da obrigação de imposto	338
3.3.1. O conceito de estabelecimento estável	341
3.4. O regime de transparência fiscal	343
3.5. O período de tributação	345
3.6. Isenções	346
4. A determinação da matéria coletável	348
4.1. Métodos e formas de determinação da matéria coletável	348
5. A determinação do lucro tributável	352
6. A periodização do lucro tributável	353
6.1. Vendas e prestações de serviços	355
6.2. O modelo do justo valor	356
7. Os rendimentos e os gastos	357
7.1. Os rendimentos	357
7.2. As variações patrimoniais positivas	357
7.3. Os gastos	359
7.3.1. Encargos não dedutíveis fiscalmente	360
7.4. As variações patrimoniais negativas	364
7.5. Perdas por imparidade em ativos correntes	366
7.5.1. Perdas por imparidade em créditos. Créditos incobráveis	367
7.6. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não correntes	368

7.7. Provisões	373
7.8. Outros encargos	374
7.8.1. As realizações de utilidade social	374
7.8.2. Quotizações a favor de associações empresariais	376
7.8.3. Donativos	376
7.8.4. Ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis	376
8. O regime das mais-valias e menos-valias realizadas	377
8.1. O regime do reinvestimento	382
9. O regime da <i>Participation Exemption</i>	383
9.1. Isenção de lucros e reservas distribuídos a entidades não residentes	386
10. O regime de dedução de prejuízos	387
11. Breve referência a medidas destinadas a combater práticas abusivas	391
12. Regimes especiais	394
12.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	394
12.2. Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	397
12.3. O regime simplificado de determinação da matéria coletável	399
12.3.1. Âmbito de aplicação	399
12.3.2. Determinação da matéria coletável	400
12.4. Liquidação de sociedades	401
13. Taxas	402
13.1. Taxas	402
13.2. Derrama estadual	404
13.3. Tributações autónomas	404
14. Liquidação	409
14.1. Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional	410
14.2. Crédito de imposto por dupla tributação económica internacional	411
15. O pagamento do imposto	413
16. Bibliografia	415
CAPÍTULO 9 – O IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	417
<i>Cidália Lança</i>	
1. Objetivos da aprendizagem	417
2. Imposto sobre o valor acrescentado – natureza e características	417
3. Incidência objetiva do imposto	419
3.1. Transmissão de bens e operações assimiladas	419
3.1.1. Conceito de transmissão de bens	419
3.1.2. Operações assimiladas	419
3.1.3. Operações não sujeitas	420
3.2. Prestações de serviços e operações assimiladas	420

3.2.1.	Conceito de prestação de serviços	420
3.2.2.	Assimilação a prestações de serviços a título oneroso	421
3.2.3.	Operações não sujeitas	421
3.3.	Importações	421
3.4.	Transações intracomunitárias de bens	422
3.4.1.	Regime geral	422
3.4.1.1.	Conceito de aquisição intracomunitária de bens	423
3.4.1.2.	Operações assimiladas a aquisições intracomunitárias	423
3.4.1.3.	Operações assimiladas a transmissão de bens	423
3.4.2.	Regimes especiais de tributação nas operações intracomunitárias	424
3.4.2.1.	Regime aplicável ao Estado, pessoas coletivas de direito público e sujeitos passivos isentos	424
3.4.2.2.	Regime das aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos	425
3.4.2.3.	Regime das vendas à distância	425
4.	Sujeitos passivos do imposto	426
4.1.	Conceito de sujeito passivo	426
4.2.	Devedores de imposto	426
4.3.	Delimitação negativa da incidência	427
4.4.	Sujeitos passivos pelas operações intracomunitárias	428
5.	Localização das operações	429
5.1.	Localização das transmissões de bens	429
5.1.1.	Regra geral	429
5.1.2.	Regras específicas	429
5.1.2.1.	Transmissões antes da importação	429
5.1.2.2.	Transmissões a bordo	429
5.1.2.3.	Transmissões de gás, através da rede de gás natural, de eletricidade, e de calor ou frio, através de redes de aquecimento ou arrefecimento	429
5.1.2.4.	Transmissões de bens com instalação ou montagem	429
5.1.2.5.	Vendas à distância	430
5.2.	Localização das prestações de serviços	430
5.2.1.	Regras gerais	430
5.2.2.	Regras específicas comuns a serviços prestados a sujeitos passivos e não sujeitos passivos	431
5.2.2.1.	Serviços relacionados com imóveis	431
5.2.2.2.	Transporte de passageiros	431
5.2.2.3.	Serviços de alimentação e bebidas	431
5.2.2.4.	Serviços de acesso a manifestações de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	431

5.2.2.5.	Locação de curta duração de meios de transporte	432
5.2.3.	Regras específicas para serviços prestados a não sujeitos passivos	432
5.2.3.1.	Transporte de bens e serviços acessórios	432
5.2.3.2.	Trabalhos sobre bens móveis corpóreos	432
5.2.3.3.	Serviços de intermediários agindo em nome e por conta de outrem	432
5.2.3.4.	Serviços de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	433
5.2.3.5.	Locação de meios de transporte, que não seja de curta duração	433
5.2.3.6.	Serviços de telecomunicações, de radiodifusão e televisão e serviços por via electrónica	433
5.2.4.	Regra específica para serviços prestados a residentes fora da União Europeia	435
5.2.5.	Regras específicas para serviços cuja utilização ou exploração efetivas ocorram em território nacional	436
5.3.	Localização das aquisições intracomunitárias de bens	436
6.	Facto gerador e exigibilidade	437
6.1.	Nas transmissões de bens e prestações de serviços	437
6.1.1.	Regra geral	437
6.1.2.	Regras específicas	437
6.1.3.	Regra supletiva da exigibilidade	438
6.1.4.	Regime de IVA de caixa	438
6.2.	Nas importações	439
6.3.	Nas aquisições intracomunitárias de bens	439
7.	Isenções	439
7.1.	Isenções nas operações internas	440
7.2.	Isenções nas operações internacionais	440
7.3.	Isenções no comércio intracomunitário de bens	441
8.	Valor tributável	442
8.1.	Transmissões de bens, prestações de serviços e aquisições intracomunitárias de bens	442
8.2.	Importação	443
9.	Taxas	443
10.	Direito à dedução	444
10.1.	Operações que conferem direito à dedução	445
10.2.	Operações excluídas do direito à dedução	446
10.3.	Despesas cujo IVA é excluído do direito à dedução	446
10.4.	Não exclusão do direito à dedução	446
10.5.	Momento em que nasce o direito à dedução do imposto	447

10.6. Reembolso de imposto	448
10.7. Dedução do IVA suportado em bens e serviços de utilização mista	448
10.7.1. Método da afetação real	449
10.7.2. Método da percentagem de dedução	450
10.8. Regularizações	450
10.8.1. Relativas a bens do ativo imobilizado	450
10.8.2. Relativas às operações realizadas	451
10.8.2.1. Anulação ou redução de valor	451
10.8.2.2. Retificações e correções de erros materiais ou de cálculo	452
10.8.2.3. Créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa	452
10.8.2.4. Regularizações de operações de <i>reverse charge</i>	453
11. Obrigações dos sujeitos passivos	453
11.1. Declarativas	454
11.1.1. Declarações de registo	454
11.1.2. Declaração periódica	454
11.1.3. Declaração recapitulativa das operações intracomunitárias	455
11.2. Pagamento	456
11.3. Faturação	456
11.3.1. Obrigação de emissão de fatura	456
11.3.2. Possibilidade de emissão de faturas simplificadas	458
11.3.3. Dispensa de emissão de factura	459
12. Regimes especiais	459
12.1. Regime especial de isenção	459
12.2. Regime dos pequenos retalhistas	460
12.3. Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	460
12.4. Regime forfetário dos produtores agrícolas	460
12.5. Regime dos tabacos manufacturados	461
12.6. Regime aplicável às agências de viagens e operadores de circuitos turísticos	461
12.7. Regime especial aplicável às transmissões de bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades	461
12.8. Regime especial do ouro para investimento	462
13. Bibliografia	462
 CAPÍTULO 10 – OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	 465
<i>José Maria Fernandes Pires</i>	
1. O sistema de tributação do património. Introdução	465
2. O sistema de avaliações do IMI	471

2.1. Os coeficientes macro, de enquadramento ou de contexto	473
2.2. Os coeficientes específicos ou individuais	476
2.3. O apuramento do valor patrimonial tributário das construções urbanas	480
2.4. O apuramento do valor patrimonial tributário de outros prédios urbanos	480
2.5. A aplicação do sistema de avaliações do Código do IMI	481
2.5.1. A aplicação inicial aos prédios novos e transmitidos	481
2.5.2. A avaliação geral de prédios urbanos, de 2012	482
2.5.3. A actualização automática do valor patrimonial dos prédios urbanos	484
2.6. A relevância do sistema de avaliações dos prédios urbanos do IMI	485
3. O Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	485
3.1. Conceito e tipos de prédios	486
3.1.1. Prédios rústicos e urbanos	487
3.1.2. Prédios mistos	488
3.1.3. Terrenos para construção	488
3.1.4. Prédios urbanos da classe “outros”	489
3.1.5. A classificação de prédios urbanos	490
3.2. Taxas, liquidação e pagamento do IMI	490
3.3. Obrigações acessórias	493
4. O Adicional ao IMI (AIMI)	494
4.1. Incidência real	494
4.2. Incidência pessoal	495
4.3. Valor tributável e taxas	497
4.4. Obrigações acessórias	499
4.5. Liquidação e pagamento	500
4.6. Dedução do AIMI à coleta do IRS	500
4.7. Dedução do AIMI à coleta do IRC	501
4.8. Conclusão	501
5. O Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	503
5.1. O âmbito de sujeição do imposto	504
5.2. O regime dos contratos-promessa de compra e venda de imóveis	507
5.3. Valor tributável	510
5.4. Taxas	511
5.5. Liquidação e pagamento do imposto	513
6. O Imposto do Selo	513
6.1. O Imposto do Selo Sobre as Transmissões Gratuitas de Bens	515
6.1.2. Incidência	517
6.1.3. Taxa	519
6.1.4. Liquidação e pagamento	519

7.	Benefícios fiscais nos impostos sobre o património	520
7.1.	Os regimes de não sujeição e de isenção dos prédios adquiridos para revenda e dos terrenos em construção	520
7.2.	A isenção dos prédios afetos à habitação própria e permanente	521
7.3.	Prédios de reduzido valor patrimonial	522
7.4.	Os benefícios fiscais à reabilitação urbana	523
8.	Bibliografia	525
CAPÍTULO 11 – IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (IEC)		527
<i>A. Brigas Afonso e Sérgio Brigas Afonso</i>		
1.	Objetivos da aprendizagem	527
2.	Introdução	527
3.	Noção de Impostos Especiais de Consumo	528
4.	Produtos sujeitos a Impostos Especiais de Consumo (IEC)	531
5.	Os IEC e o ambiente	531
6.	Os IEC como instrumento de combate ao desemprego	532
7.	Harmonização dos IEC na União Europeia	533
8.	Elementos essenciais do regime de circulação intracomunitária	534
9.	Incidência subjetiva	538
10.	Incidência objetiva	539
11.	Isenções	541
12.	Factos geradores e exigibilidade	543
13.	Introdução no consumo	546
14.	Liquidação e pagamento	547
15.	Atraso no pagamento	549
16.	Pagamento em prestações	550
17.	Reembolso do imposto	551
18.	Controlo dos IEC	552
19.	Síntese	555
20.	Bibliografia	556
CAPÍTULO 12 – O NOVO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS		557
<i>Nuno Victorino e João Ricardo Catarino</i>		
1.	Objetivos da aprendizagem	557
2.	Imposto automóvel – antecedentes da reforma	557
3.	Principais deficiências da legislação fiscal automóvel	558
3.1.	Principais inovações (CISV)	559
4.	O I.S.V. – noções básicas	560
4.1.	Incidência	560
4.1.1.	Subjetiva	560

4.1.2. Objetiva	561
4.2. Base tributável	562
4.3. Facto gerador	563
4.3.1. Facto gerador, outras situações	563
4.4. Exigibilidade	564
4.5. Os Operadores (sujeitos passivos do imposto)	564
4.5.1. O Operador Registrado	564
4.5.2. O Operador Reconhecido	565
4.5.3. Os Particulares	566
4.6. Introdução no Consumo	566
4.7. Circulação, fiscalização e controlo	567
4.8. Abandono e venda	567
4.9. Liquidação do imposto	568
4.10. Pagamento	569
4.11. Regimes suspensivos	569
4.11.1. Admissão temporária	569
4.11.1.1. Residência normal	571
4.11.2. Missões, estágios, estudos e trabalho transfronteiriço	571
4.11.3. Funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus	571
4.11.4. Missões diplomáticas e consulares acreditadas em Portugal e seus funcionários	572
4.11.5. Automóveis de aluguer	573
4.11.6. Uso profissional	573
4.11.7. Condições de circulação	574
4.11.8. Expedição e exportação	574
4.11.8.1. Veículos de ensaio	575
4.12. Regimes de isenção	576
4.12.1. Regras gerais	576
4.12.1.1. Reconhecimento	576
4.12.1.2. Circulação	576
4.12.1.3. Intransmissibilidade	576
4.12.1.4. Limitação temporal	576
4.12.1.5. Transmissão por morte	576
4.12.1.6. Tributação residual	577
4.12.2. Isenções especiais	577
5. Infrações	577
6. Conclusão	577
7. Bibliografia	578

PARTE III  
**AS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS CONTRIBUINTES  
 E A PATOLOGIA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**CAPÍTULO 13 – AS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS CONTRIBUINTES 583**

*Jesuíno Alcântara Martins*

1. Objectivos da aprendizagem	583
2. Introdução	584
3. Os meios impugnatórios de natureza administrativa	589
3.1. A reclamação graciosa	589
3.1.1. Os fins e o objecto	589
3.1.2. A legitimidade e a tempestividade	594
3.1.3. A decisão	597
3.2. O recurso hierárquico	603
3.2.1. Os fins e o objecto	603
3.2.2. A legitimidade e tempestividade	605
3.2.3. A decisão	605
3.3. O pedido de revisão da matéria tributável	608
3.3.1. Os fins e o objeto	608
3.3.2. A legitimidade e tempestividade	610
3.3.3. A decisão	612
3.4. O pedido de revisão do ato tributário	613
3.5. O procedimento de correção de erros	616
4. Os meios impugnatórios de natureza judicial	617
4.1. A impugnação judicial	618
4.1.1. Os fins e o objeto	618
4.1.2. A legitimidade e tempestividade	621
4.1.3. A decisão	623
4.2. A oposição judicial	625
4.2.1. Os fins e o objeto	625
4.2.2. A legitimidade e a tempestividade	628
4.2.3. A decisão	629
4.3. Os embargos de terceiro	629
4.4. A reclamação das decisões do órgão da execução fiscal	630
4.5. A ação administrativa especial	633
4.6. A ação para reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	634
4.7. Os meios processuais acessórios	635
4.7.1. Intimação para um comportamento	635
4.7.2. A intimação para consulta de documentos e passagem de certidões	635

4.7.3. A execução de julgados	637
5. A arbitragem	638
6. Conclusões	642
7. Bibliografia	644

## CAPÍTULO 14 – O REGIME SANCIONATÓRIO DAS INFRAÇÕES ÀS LEIS TRIBUTÁRIAS

*João Ricardo Catarino e Nuno Victorino*

1. Objetivos da aprendizagem	645
2. As disposições gerais	645
2.1. Âmbito de aplicação	647
2.2. A infração tributária	647
3. A atuação em nome de outrem	648
4. A responsabilidade das pessoas coletivas	648
5. Os crimes tributários em geral	652
5.1. As penas aplicáveis aos crimes tributários	653
5.2. A medida da pena	654
5.3. As penas acessórias e os seus pressupostos	655
5.4. Dispensa e atenuação especial da pena	656
6. As contraordenações tributárias em geral	657
6.1. Classificação das contraordenações	657
6.2. O dolo e a negligência	658
6.3. Montante e determinação da medida da coima	659
6.3.1. Sanções acessórias aplicadas às contraordenações	660
6.4. Direito à redução das coimas e seus requisitos	661
6.4.1. Requisitos do direito à redução da coima	662
6.5. Dispensa e atenuação especial das coimas	663
6.6. Prescrição do procedimento e das coimas	664
6.6.1. Prescrição das sanções contraordenacionais	664
7. O processo penal tributário	664
7.1. A notícia do crime e o flagrante delito	665
7.1.1. Medidas cautelares e de polícia	665
7.2. O inquérito	667
7.3. Prescrição, interrupção e suspensão do procedimento criminal	671
7.4. Suspensão da execução da pena de prisão	671
8. O processo contraordenacional tributário	672
8.1. Âmbito e competência	672
8.2. A base do processo	673
8.3. A investigação e a instrução	676
8.4. Notificação e defesa do infrator	678

8.5. A prova e os seus meios	678
8.6. A decisão de aplicação da coima. Requisitos	679
8.6.1. A notificação da decisão de aplicação da coima	683
8.7. A extinção e arquivamento do Processo de contraordenação	684
8.8. As nulidades do processo de contraordenação	685
8.9. A suspensão do processo de contraordenação	685
8.10. O recurso da decisão de aplicação de coima	685
8.11. O recurso da sentença	686
9. As infrações tributárias em especial	686
9.1. Crimes tributários comuns	687
9.2. Crimes aduaneiros	687
9.3. Crimes fiscais	687
9.4. Crimes contra a segurança social	687
10. As contraordenações em especial	687
10.1. Contraordenações aduaneiras	687
10.2. Contraordenações fiscais	688
11. Um novo direito sancionatório aduaneiro?	689
12. Conclusões	690
13. Bibliografia	692
CAPÍTULO 15 – NOVOS RUMOS DA FISCALIDADE	695
<i>João Ricardo Catarino e Vasco Branco Guimarães</i>	
1. Considerandos gerais	695
2. Novas centralidades dos sistemas tributários	697
3. Novos instrumentos e novas soluções internacionais estruturadas	699